

ATA Nº 06/2016 – Primeira Oficina para discussão da Revisão do Plano Diretor do Município com Ministério Público e docentes universitários.

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis às quatorze horas, na sala multimídia 1 do bloco 4 da Universidade Paranaense – UNIPAR campus de Francisco Beltrão, reuniram-se a coordenação da Revisão do Plano Diretor do Município, os membros da Equipe Técnica Municipal designados na Portaria 149/2016, representantes do Ministério Público da Comarca de Francisco Beltrão e seus convidados docentes das Universidades do Município de Francisco Beltrão. Presentes ainda integrantes da Câmara Municipal de Vereadores convidados pela Coordenação da revisão do PDM. A presente reunião foi convocada pela Dra. Maria Fernanda Marinelli Salvadori Belentani Promotora de Justiça da terceira Promotoria de Justiça da Comarca de Francisco Beltrão Estado do Paraná. Participantes que registraram presença em lista específica: Gervásio Alvício Kramer, Secretário Municipal de Planejamento - Sônia Mara Nacke Faust, diretora do DIPPM – Departamento de Informação, Pesquisa e Planejamento Municipal - Eduardo Augusto Scirea vice-prefeito - Silmara Brambilla Strassburger assessora e diretora da empresa Lahsa Planejamento e Empreendimentos Ltda - Luiz Ramme, assessor jurídico municipal – Ademir Strassburger, Lahsa Consultoria – Bruna Kremer Lodi, Lahsa Consultoria – Hernan Vielmo, UTFPR-FB – Wagner de Aguiar, UTFPR-FB – Fernando C. Manosso, UTFPR-FB – Juliano Andres, UNIOESTE-FB – Camila Regina Peternelli, Ministério Público – Elenir de Souza Maciel, Câmara Municipal - Tiago Marcelo, ETM Secretaria de Finanças – João Paulo Danieli, ETM Secretaria de Urbanismo – Gustavo de Moura Baczinski, ETM Secretaria de Meio Ambiente – Vinícius Menegotto, Secretaria de Assistência Social – Claudinéia Cremonese, Secretaria de Assistência Social/Habitação – Vilson Antonio Wesner, ETM Secretaria de Administração – Adalberto Arno Dopfer, Secretaria de Educação – Suzane Vollmerhausen ETM Secretaria de Educação, Lenadro Czerniaski, ETM Assessoria Municipal de Imprensa – Neri Aloisio Schneider, ETM Secretaria de Esportes – Marilene Corrêa Steimbach, ETM Departamento Municipal de Cultura – Joice Cristina Vivian Masetto, Secretaria Municipal de Educação - Ariadne S. de Farias, UNIPAR-FB – Adams Brizola, Secretaria de Assuntos estratégicos/Defesa Civil – Mônica Aparecida Gonçalves, UNIPAR-FB – Cleila Navarini Valdameri, UTFPR-FB – Beatriz Rodrigues Carrijo, UNIOESTE-FB – Natalia Brugnago, Secretaria de Meio Ambiente – Ridimar Antonio Czerniaski, ETM Departamento de Trânsito/DEBETRAN – Itacir Camilo Rovaris, ETM Banco do Empreendedor/Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico – Alfonso Bruzamarcello, Câmara de Vereadores e associação de moradores Industrial – Sílvia Regina Pereira, UNIOESTE – Nelson Venzo, ETM Secretaria de Desenvolvimento Rural – Ângela Maria Aziliero da Silva, ETM Secretaria de Saúde – Francielle Cristina Zapelini, ETM Secretaria de Planejamento/DIPPM – Liziane R. Teston Behne, ETM Secretaria de Planejamento/DIPPM – Claidiomar Loss, ETM Secretaria de Urbanismo – Guilherme Seifert Neto, ETM Secretaria de Saúde – Manoel Brezolin, ETM Secretaria de Saúde e Paulo Gross, Câmara de Vereadores. Iniciada a reunião, Dra. Maria Fernanda deu boas vindas aos participantes, e informou da reunião anterior ocorrida com a Coordenação da Revisão do Plano Diretor a seu pedido, e antecipou dizendo que dificilmente a revisão será concluída neste ano considerando ausência de debates com a população e tempo insuficiente até o final do ano para realizar debates conforme necessário, tempo este também restrito por estarmos em período eleitoral; citou o link aberto no portal da Prefeitura para consulta pública e participação popular, destacando que se trata de abordagem que não atinge a todas as classes da população, conforme determina a Resolução 25/2005 do Conselho das Cidades especialmente no Art. 5º que garante a diversidade da participação, como debates

por segmentos sociais, por temas e por divisão territorial como bairros e distritos, bem como realizá-los com alternância de locais e em horários acessíveis à população como período noturno e em finais de semana. Dra. Maria Fernanda enfatizou que a falta de participação popular no processo do Plano Diretor é inconstitucional e passível de nulidade. Destacou ser necessário considerar estudos de ocupação de solo realizados os quais indicam 5.400 pessoas em áreas de risco em Francisco Beltrão, estudo esse que não poderá ser ignorado. Relevante ainda considerar os vazios urbanos que empurram a população para fora da cidade, e observar o disposto no Art. 42 do Estatuto da Cidade, todas essas medidas não visam interromper ou frear a atividade imobiliária mas que aconteça de modo a evitar situações problemáticas. Gervásio fez uso da palavra dizendo da existência de ocupação muitas vezes consciente de que o local é irregular, o que Dra. Maria Fernanda concordou enfatizando ocorrer principalmente entre a população de baixa renda. Dra. Maria Fernanda continuou citando ainda zoneamento misto, estudar e implantar Lei de Condomínio Fechado, prever regras em áreas de indústrias próximas a locais de loteamento residencial. Itacir Rovaris citou o poder econômico sobrepondo questões já previstas no Plano ainda vigente. Maria Fernanda enfatizou que a existência de zoneamentos mistos já existentes não poderão ser alterados, porém observou a importância e necessidade das solicitações de liberação passarem pela Secretaria de Meio Ambiente e exigência de estudo de impacto de vizinhança pois a ausência de controle ambiental promovem experiências práticas no dia a dia da Promotoria. Como segunda parte da reunião Maria Fernanda abriu espaço para colocações da Equipe Técnica Municipal – ETM. Sônia Mara Nacke Faust, coordenadora iniciou informando de sua contribuição na revisão do Plano Diretor em 2006 e 2007 vigente atualmente, o qual diz foi norteado com as informações fornecidas pelo Paranacidade que acompanhou e supervisionou o processo; Sônia acolheu os docentes convidados destacando a importância desta participação no atual processo. Sônia discorreu do Plano Diretor vigente apresentando em slides os respectivos mapas; oportunamente a Sra. Vereadora, presidente da Câmara Elenir Maciel, questionou sobre recente Lei de ampliação do perímetro urbano do Município, se a questão poderia prejudicar neste momento em que é revisado o Plano Diretor. Dra. Maria Fernanda argüiu sobre a exigência de tal resolução ser precedida de ampla discussão, e que se de fato foi aprovada deverá integrar esta revisão do Plano Diretor. Gustavo Baczinski, engenheiro ambiental da ETM, justificou a expansão do perímetro urbano dizendo que na área de abrangência de expansão já existem núcleos de urbanização como o conjunto habitacional formado por ex-ocupantes da faixa do DER - viaduto São Miguel, além da proximidade ao campus da UTFPR e Colégio Agrícola; ainda disse que a expansão alcança o projeto do Contorno Oeste, uma demanda pontual no que diz respeito ao desvio do trânsito pesado do centro da cidade e mobilidade urbana e concluiu que, quanto à questão da ampliação do perímetro urbano, o que ocorreu foi regulamentar uma realidade já vivida e a olhos vistos da real expansão para aquele local. Maria Fernanda observou que as falas a respeito da ampliação do perímetro urbano é esclarecedor, porém o que se questiona é como foi o seu trâmite. Dada palavra a Silmara, da empresa de consultoria e assessoria ao Plano Diretor e gestão em trânsito, esta destacou que todas as questões são consideradas, mesmo porque são exigências do Paranacidade e se estas não estiverem devidamente aprovadas fica impedida a aprovação de recursos para o Município. Silmara considerou estarmos em período eleitoral de normas restritas à aglomeração e reuniões de pessoas e que para isso a administração municipal já disponibilizou no site do Município um canal de comunicação para consulta popular através de um questionário contendo 42 perguntas envolvendo diversos temas. Informou que o trabalho está na fase de coleta de dados para diagnóstico, demandando vasta pesquisa considerando que os órgãos oficiais de dados estatísticos não os mantêm

atualizados. Existem também ainda grande parte de área de rios a serem catalogadas. Na fase seguinte será diretrizes e proposições por sua vez através do PAI – Plano de Ação e Investimento e a quarta fase revisão do código de obras considerando a Lei 2498/1996. Apresentou em mídia as análises realizadas. Gervásio Kramer informou a participação de todas as secretarias na análise temática integrada, assim como realizada consulta a Copel e Sanepar, e ao mesmo tempo declarou abertura e total acolhida aos docentes universitários para envio de estudos e mapas para auxiliar na composição dos dados. Retomando a palavra Maria Fernanda disse que o Plano Diretor deverá dizer quais são os vazios urbanos, e após isso, decidir pela implantação do IPTU progressivo. Em momento de argumentação dos presentes, Rudimar do Departamento de Trânsito discorreu sobre as dificuldades refletidas no setor e Maria Fernanda salientou que estudo de vias deve integrar a revisão do Plano Diretor. O Professor Fernando destacou considerar criteriosamente a Lei de Mobilidade Urbana no Plano e avaliar o impacto dos binários criados nas vias em detrimento ao trânsito de pedestres, sugeriu realizar oficinas com diferentes segmentos da comunidade. Retomando a palavra, Silmara disse termos um longo caminho até formar o Caderno de Legislação. Continuou a explanação de mapeamentos e discorreu sobre as diretrizes para revisão do macrozoneamento. Maria Fernanda interveio dizendo que o industriário em Francisco Beltrão está sofrendo o que não sofreria em outros municípios, real necessidade de delimitar área industrial, área residencial, visando pacífica convivência. Silmara sugeriu além destes, separar por categorias a área industrial. No tema Zoneamento, Silmara citou pontos a serem considerados, e falou sobre a importância de fiscalização eficiente após concluído o Plano Diretor. Ao concluir divulgou email específico de contato para envio de materiais e estudos para contribuir na construção do Novo Plano Diretor. Maria Fernanda abriu novamente espaço para discussões, Professor Wagner sugeriu incluir estudos no Plano Diretor sobre Águas Pluviais tanto na área urbana quanto para área rural. Dra. Fernanda destacou o interesse dos docentes das universidades em contribuir muitas vezes a ela manifestados e de seus estudos que muito poderão contribuir com a equipe técnica de revisão do Plano, citou também o “Estudo das Cheias” contendo os últimos casos de alagamentos. Gustavo da ETM argumentou dizendo conhecer e que é confiável o estudo para usar como parâmetros. Maria Fernanda, ao retomar disse que o Plano Diretor deverá dizer quais as áreas de risco por diagnóstico preciso e que os estudos apontam a dificuldade de material como dados cartográficos, para isso se dispôs após o período eleitoral, diligenciar junto a Prefeitura para compra de mapas cartográficos para base de dados. O professor Wagner reiterou o tema Drenagem citando o artigo 64 da Lei 3300/2006 do Plano Diretor sugerindo mudança do título para programa de drenagem urbana e rural para clareza de que aplicação estende-se para área rural. Gervásio endossando as palavras do professor disse ser inclusive um antigo vício de linguagem quando a referência do Plano Diretor da cidade ou urbano, o que tem se corrigido oralmente para Plano Diretor Municipal Territorial. Professor Fernando reforçou o tema dizendo que o Rio que atravessa a cidade é muitas vezes problema e que precisam ser criadas condições de evasão, mas é também manancial a mesma cidade. Gervásio pediu a palavra para enaltecer a participação dos professores neste processo, como oportuna e valiosa contribuição das universidades que de certa forma retribuem ao Município os benefícios recebidos do governo municipal, e que é saudável esta troca de informações. O professor Juliano pronunciou-se citando a importância de criar e demarcar áreas de interesse social, área específica de georeferenciamento e mapear qualidade de vida de Francisco Beltrão, opinou que o questionário disponível não abrange a todas as classes da população e da necessidade das audiências públicas para abranger todas as classes, citou estudo apontando superior crescimento de construções acima do crescimento da população, opinou ainda que o Plano existente

não previa a atual situação e ainda a necessidade de uma base cartográfica precisa e ajustada a realidade. Maria Fernanda sugeriu a comissão, a inserção no Plano de novas regras aos loteamentos de distância e limitações com leitos de rios. Professor Juliano reforçou sugerindo estudo geológico e Laudo geológico e intensificar trabalho de fiscalização nas áreas com mais de 30% de declividade, opinou que a equipe de trabalho da revisão fosse efetiva e não transitória para o bom resultado, disse considerar um desafio visto as grandes mudanças ocorridas no espaço de 10 anos e por isso requer equipe sólida, unida e integrada. Passada a palavra a arquiteta e urbanista Sônia para o fechamento da reunião, esta se colocou a disposição para contatos, sugestões e visitas no DIPPM localizado na Secretaria de Planejamento da Prefeitura, e que o envio de material de estudos de extensão não ficasse restrito ao email anteriormente apresentado, mas podendo ser entregue pessoalmente em seu departamento. Dra. Maria Fernanda ao finalizar informou que pedirá dilatação de prazo para aprovação do Plano Diretor, para que todas as questões sejam processadas; ainda colocou-se a disposição para intermediar o envio de materiais de estudos. Gervásio concluiu elogiando o debate acontecido, e sugeriu repetir esta experiência de oficina em outros momentos, sendo colocado cronograma antecipado a disposição. Solicitou a mim, Nileide T. Perszel a redação da presente ata.